

Caderno nº 50



**PROJETO: OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL: O TURISMO COMO
FERRAMENTA DE SENSIBILIZAÇÃO E
CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NO VALE
DO RIBEIRA/SP**

Autores:

Ana Maria Lopez Espinha
Patricia Regina Rossi Cacciatori



SÉRIE 1 - CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

- Cad. 01 - A Questão Fundiária, 1ª ed./1994, 2ª ed./1997
Cad. 18 - SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 1ª ed./2000, 2ª ed./2004
Cad. 28 - RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica, 2004
Cad. 32 - Mosaicos de Unidades de Conservação no Corredor da Serra do Mar, 2007
Cad. 35 - RPPN - Em destaque na Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica, 2008
Cad. 36 - Capacitação em Gestão Participativa na Mata Atlântica, 2008
Cad. 37 - Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, 2009
Cad. 40 - Conservação Marinha e Ordenamento Pesqueiro, 2011
Cad. 41 - Convenção da Diversidade Biológica - cdb: Metas de Aichi 2020 e Protocolo de Nagoya (acesso e repartição de benefícios do uso de recursos naturais), 2012
Cad. 42 - Protocolo de Avaliação de Efetividade de Gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas no Brasil, 2013

SÉRIE 2 - GESTÃO DA RBMA

- Cad. 02 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1995, 2ª ed./1996
Cad. 05 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
Cad. 06 - Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
Cad. 09 - Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1998, 2ª ed./2000
Cad. 24 - Construção do Sistema de Gestão da RBMA, 2004
Cad. 25 - Planejamento Estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003

SÉRIE 3 - RECUPERAÇÃO

- Cad. 03 - Recuperação de Áreas Degradadas da Mata Atlântica, 1ª ed./1996, 2ª ed./2000
Cad. 14 - Recuperação de Áreas Florestais Degradadas Utilizando a Sucessão e as Interações planta-animal, 1ª ed./1999, 2ª ed./2000
Cad. 16 - Barra de Mamanguape, 1ª ed./1999, 2ª ed./2000

SÉRIE 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS

- Cad. 04 - Plano de Ação para a Mata Atlântica, 1ª ed./1996, 2ª ed./2000
Cad. 13 - Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica, 1999
Cad. 15 - Mata Atlântica: ciência, conservação e políticas, 1999
Cad. 21 - Estratégias e Instrumentos para a Conservação, Recuperação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica, 1ª ed./2002, 2ª ed./2004
Cad. 23 - Certificação Florestal, 2003
Cad. 26 - Certificação de Unidades de Conservação, 2003
Cad. 27 - Águas e Florestas da Mata Atlântica: por uma gestão integrada, 2004
Cad. 30 - Certificação em Turismo Sustentável - Norma Nacional para Meios de Hospedagem - requisitos para a sustentabilidade - NIH-54 de 2004, 2005
Cad. 33 - Lei da Mata Atlântica - Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 e Resolução CONAMA nº 388, de 23 de fevereiro de 2007
Cad. 39 - Gestão Sustentável e Qualificação Profissional em meios de hospedagem - Estudo de caso Paraty/RJ, 2010

SÉRIE 5 - ESTADOS E REGIÕES DA RBMA

- Cad. 08 - A Mata Atlântica do Sul da Bahia, 1998
Cad. 11 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, 1998
Cad. 12 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Pernambuco, 1998
Cad. 22 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, 2002
Cad. 29 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Alagoas, 2004

SÉRIE 6 - DOCUMENTOS HISTÓRICOS

- Cad. 07 - Carta de São Vicente - 1560, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
Cad. 10 - Viagem à Terra Brasil, 1998
Cad. 31 - Balduino Rambo S. J. - A Fisionomia do Rio Grande do Sul, 2005

SÉRIE 7 - CIÊNCIA E PESQUISA

- Cad. 17 - Bioprospecção, 2000
Cad. 20 - Árvores Gigantes da Terra e as Maiores Assinaladas no Brasil, 2002
Cad. 34 - Florestas Urbanas - Estudo sobre as Representações Sociais da Mata Atlântica de Dois Irmãos, na Cidade do Recife - PE, 2008

SÉRIE 8 - MaB-UNESCO

- Cad. 19 - Reservas da Biosfera na América Latina, 2000
Cad. 38 - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - Fase VI / 2009, 2009

SÉRIE 9 - CADERNOS MERCADO MATA ATLÂNTICA

- Cad. 43 - Construção Participativa de diretrizes para o manejo sustentável do pinhão (*Araucaria angustifolia*) a partir de uma visão da conservação da floresta com Araucária e do uso do pinhão, 2014
Cad. 44 - Construção de indicadores de sustentabilidade da piaçava (*Atalapha funifera* Matius), 2015
Cad. 45 - Fibras Da Mata Atlântica Das Alagoas - Programa mercado mata atlântica, 2016
Cad. 46 - Construção de indicadores de sustentabilidade da JUÇARA (*Euterpe edulis*), 2016
Cad. 47 - Construção de indicadores de sustentabilidade da ERVA-MATE (*Ilex paraguariensis*), 2016
Cad. 48 - Construção de indicadores de sustentabilidade da ARAUCARIA (*Araucaria angustifolia*), 2016

SÉRIE 10 - TURISMO SUSTENTÁVEL

- Cad. 49 - Projeto: Implantação de Turismo de Base Comunitária na Península da Juatinga/Paraty/RJ - Roteiro Caiçara nos Caminhos de Paraty/RJ, 2024
Cad. 50 - Projeto: Os caminhos da Educação Ambiental: O turismo como ferramenta desensibilização e conscientização ambiental no Vale do Ribeira/SP, 2025

Financiamento

O PROJETO: **“Os caminhos da Educação Ambiental: O turismo como ferramenta de sensibilização e conscientização ambiental no Vale do Ribeira/SP”**, foi financiado pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), que é a instância econômico-financeira do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH. Os recursos do Fundo destinam-se a dar suporte financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos, por meio do financiamento de programas e ações na área de recursos hídricos, de modo a promover a melhoria e a proteção dos corpos d’água e de suas bacias hidrográficas. Esses programas e ações devem vincular-se diretamente às metas estabelecidas pelo Plano de Bacia Hidrográfica e estar em consonância com o Plano Estadual de Recursos Hídricos. O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), instrumento da Política Estadual, define uma série de Programas de Duração Continuada (PDCs) que englobam os principais temas a serem abordados e financiados para a gestão, recuperação e proteção das bacias hidrográficas do Estado de São Paulo.

O FEHIDRO é supervisionado por um Conselho de Orientação – o COFEHIDRO –, cujos representantes são escolhidos entre os componentes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH.

Todas as ações do projeto foram acompanhadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul – CBH-RB - com atuação na Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, correspondente à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos número 11– UGRHI 11 é integrado por 23 (vinte e três) municípios com sede administrativa localizada na própria UGRHI, sendo os municípios de: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Jujutiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí, e ainda existem 5 (cinco) municípios com parte do seu território na UGRHI 11 e com sede em UGRHIs vizinhas, que são: Ibiúna, Itapeceira da Serra, Peruíbe, Piedade e São Miguel Arcanjo. A sede administrativa do Comitê está localizada no município de Registro.





Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Série: Programa de Turismo Sustentável

Publicação do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica-CN/RBMA

Coordenação Institucional

Mary Sorage Praxedes da Silva Medeiros

Presidente do CN/RBMA

Daniel Costa Silva

Secretário Executivo do CN/RBMA

Editor

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica-CN/RBMA

Autores

Ana Maria Lopez Espinha

Turismóloga e Gestora Ambiental

Coordenadora do Programa "Turismo Sustentável – RBMA"

Patrícia Regina Rossi Cacciatori

Turismóloga e Mestre em Gestão Educativa

Coordenadora do Programa "Empresa Amiga da RBMA"

Conselho Editorial

Clayton Ferreira Lino

João Lucílio de Albuquerque

Revisão

João Lucílio de Albuquerque

Diretor Executivo do Instituto Amigos da RBMA

Diagramação

Robert Galastri de Lima

Equipe Técnica do Projeto

Ana Maria Lopez Espinha – Coordenação Geral

Patrícia Regina Rossi Cacciatori – Coordenação Executiva e Pedagógica

Paulo Gustavo Rossi – Assistente Técnico e Operacional

Robert Galastri de Lima – Coordenador Financeiro

Informações Institucionais

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Rua do Horto, 931 – Casa das Reservas

CEP 02377-000 – São Paulo – SP

Site: www.rbma.org.br

Autoriza-se a reprodução total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte.

Caderno nº 50

PROJETO: OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O TURISMO COMO FERRAMENTA DE SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NO VALE DO RIBEIRA/SP

Promoção



Realização



Autores:

Ana Maria Lopez Espinha

Patricia Regina Rossi Cacciatori

Junho/2025

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



APRESENTAÇÃO

O Século XXI está marcado por grandes desafios socioambientais, sendo que as mudanças climáticas, a fome e a crise hídrica e energética estão no centro deste debate. Movimentos internacionais, acordos mundiais e nacionais têm buscado por soluções rápidas e eficientes para solucionar estes gargalos. No centro deste debate a educação ambiental tem crescido cada vez mais como uma ferramenta extremamente útil para informar, conscientizar e contextualizar as questões ambientais, articulando ações locais, para superar desafios locais e globais. A educação ambiental estimula as pessoas a disseminarem soluções, produzirem mudanças nas suas próprias condutas, modificando seus hábitos de consumo, interagindo de forma mais equilibrada com o meio a sua volta e buscando soluções mais sustentáveis. Uma das formas da implementação da educação ambiental é por meio do desenvolvimento do turismo local, que auxilia na valorização dos recursos naturais, sociais e culturais, conscientiza os visitantes e os moradores locais a respeito da importância da conservação e da sustentabilidade, aplicando de forma participativa e democrática, os princípios do desenvolvimento sustentável intrínsecos à missão da RBMA que corroboram para a manutenção ou estruturação, de um ambiente ecologicamente equilibrado, economicamente viável e socialmente justo. O turismo no mundo contemporâneo, é considerado um dos instrumentos de Educação Ambiental, visto que compartilham princípios e espaços de atuação e têm como objetivos promover a conservação ambiental, valorizar a cultura e fortalecer comunidades locais ao interagirem com o público. Para isso, é importante a escolha de locais chave, ou seja, áreas com diversidade biológica e cultural, que auxiliem não só na conservação, mas também no desenvolvimento socioeconômico sustentável local, como é o caso dos municípios contemplados por este projeto.

Ao unirmos educação ambiental e turismo, capacitamos as pessoas a se tornarem agentes das mudanças e disseminadoras na prática de ações sustentáveis, nas quais o conhecimento tradicional local – originais ou ancestrais - fazem toda a diferença na forma de multiplicação dos saberes e por consequência, na efetiva conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, os principais atrativos para o mercado de turismo, gerando nos últimos anos, um fluxo de visitação crescente, fluxo este, que sim, deve ser instruído com relação às boas práticas no uso dos recursos naturais e da cultura, em prol da conservação da biodiversidade, portanto, consumidores mais conscientes e corresponsáveis, necessidades identificadas nos municípios alvo desta proposta.

O projeto **“PROJETO: Os caminhos da Educação Ambiental: O turismo como ferramenta de sensibilização e conscientização ambiental no Vale do Ribeira/SP”**, buscou implementar na prática estes conceitos da educação ambiental, por meio do fortalecimento de processos de mobilização e formação de agentes multiplicadores para que contribuam com a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico.

Dos elementos naturais, a água é um dos recursos que mais atrai os turistas, pela diversidade de práticas possíveis de turismo de aventura e ecoturismo. Assim, pode-se considerar que o homem constrói a ideia de natureza baseado na evolução histórica da sociedade. Neste contexto, o turismo na natureza é bastante influenciado por essa ideia de “natureza viva”, pois é a partir dela que o homem se relaciona com esta natureza. A água está presente nas paisagens turísticas dos principais destinos turísticos em áreas naturais de todo o mundo e exerce um poder de atração muito forte ao ser humano. Por isso, é fundamental compreender a importância dos recursos hídricos como elemento da paisagem e as suas formas de apropriação e valoração. É neste ponto que o projeto em questão buscou integrar o turismo como ferramenta de educação ambiental na Bacia Hidrográfica do Ribeira, formando Agentes Multiplicadores, cuja função, responsabilidades e conhecimento, transcendem o conceito de “receptividade turística”, assumindo sua persona como multiplicadores de saberes e fazeres em prol da conservação associada ao desenvolvimento da Bacia Hidrográfica, onde a água percorre os territórios de diversos municípios.

Acreditamos que só é possível levar as pessoas à conservação dos recursos hídricos, por meio do despertar da consciência. Turismo e conservação da natureza têm vantagens mútuas, reduzindo impactos negativos ao meio ambiente, na formação de profissionais cientes de seu papel para o bem-estar maior, inclusive como fiscalizadores e colaboradores no monitoramento da gestão e conservação dos recursos hídricos do território de forma mais rigorosa, se houver educação, multiplicação e registro de conhecimento, organização comunicacional e efetivas práticas sustentáveis.

A prática do turismo utilizando a água como atrativo, atribui valor à qualidade da água, já que para que o turismo aconteça, a água deve apresentar características que exerçam o poder de atração e de satisfação dos visitantes, além de características físico-químicas compatíveis às normas estabelecidas ao seu uso turístico. De forma geral, nas últimas décadas, as bacias hidrográficas têm sido utilizadas como unidades de estudo e planejamento, tendo em vista



a facilidade de interação da paisagem visível do meio biofísico, que engloba os subsistemas natural e construído, com os agentes sócio-organizacionais, subsistemas socioeconômico e produtivo, que modelam a paisagem ao longo da história e nelas deixam suas marcas e, dentre estas está a atividade turística. Uma bacia hidrográfica é considerada uma unidade de estudo quando se trata da qualidade ambiental e sustentabilidade da atividade turística, sobretudo quando esta depende do patrimônio ambiental para continuar existindo. A bacia do rio Ribeira de Iguape, localizada no estado do São Paulo, na região do Vale do Ribeira. Abrange área de 1.349,05 km², correndo da Serra da Bodoquena à Depressão do rio Miranda. Constitui um sistema hidrológico peculiar, associado com rochas calcárias e dolomíticas, que formam incluindo rios superficiais, subterrâneos, sumidouros de água e ressurgências. É subdividida em três sub-bacias: Rio Formoso, Complexo Anhumas Taquaral e Rio Mimoso. A bacia do rio Formoso-BRF é a principal bacia hidrográfica do município de Bonito e grande parte de seus atrativos turísticos estão nela inseridos.

Este projeto é uma parceria entre o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com o Legado das Águas, que é considerada a maior reserva privada de Mata Atlântica do Brasil e as Prefeituras Municipais de Miracatu, Tapiraí e Juquiá, localizados no território da Bacia do Rio Ribeira de Iguape, fazendo parte da unidade de gerenciamento de recursos hídricos (UGRHI) Ribeira de Iguape e Litoral Sul (Figura 1). O projeto foi desenvolvido no âmbito do Programa de Turismo Sustentável da RBMA, criado em 1998, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) no bioma Mata Atlântica, por meio de ações que contemplem o fortalecimento de processos de mobilização, formação e engajamento comunitário; auxiliem a dinamização da economia local e o

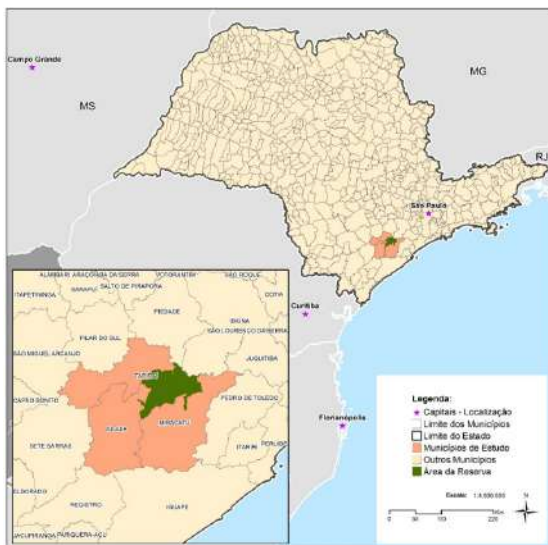


Figura 1: Plano de Capacitação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul – CBH/RB 2022-2025, p.8.

desenvolvimento social, promovendo, dessa forma, a participação e envolvimento das comunidades no planejamento, execução e gestão da atividade turística nos seus territórios.

Ao longo destes 28 anos, o Programa vem desenvolvendo diversos projetos e ações, buscando contribuir para a oferta de um bom produto turístico, que gere benefícios para toda a comunidade, por meio da formação de pessoas e divulgação da qualidade dos recursos naturais e culturais de comunidades, a exemplo da praia bonita e limpa, floresta com muitos animais, resíduos com coleta e destinação correta, gente hospitaleira que valoriza suas tradições e construções, opções de hospedagens confortáveis e aconchegantes, comidas típicas, entre outros, com destaque para o seguinte:

- **Capacitação do receptivo Local**, por meio da realização de Cursos de formação básica e avançada de monitores/condutores locais; Cursos de Planejamento e Gestão Sustentável de Meios de Hospedagem e Agências/ Operadoras; Cursos de qualificação profissional de gerentes e funcionários de pousadas e agências/operadoras; Cursos para implantação de normas de turismo de aventura e norma para a gestão sustentável de Meios de Hospedagem;
 - **Apoio as ações de Uso Público em Unidades de Conservação e em áreas privadas**, por meio de estudos e manejo de atrativos naturais; apoio ao ordenamento da visitação turística; inventário de atrativos e potencialidades;
 - **Apoio na elaboração de Políticas Públicas** para o fomento do turismo sustentável, com ênfase no planejamento estratégico para o incentivo e implantação do Turismo de Base Comunitária por meio da gestão integrada das diversas instâncias;
 - **Elaboração e implantação de produtos sustentáveis para o mercado turístico**, a exemplo os Roteiros da Biosfera, carro chefe desta linha de ação.
 - **Roteiros da Biosfera** são circuitos turísticos reconhecidos pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA que integram atrativos caracterizados por produtos, equipamentos, eventos e serviços associados ao uso sustentável da sócio biodiversidade. Eles objetivam o desenvolvimento sustentável nos destinos turísticos inseridos na RBMA, promovendo de forma integrada e participativa um turismo que valorize a paisagem, a conservação dos recursos naturais, os produtos e serviços associados à natureza e à cultura regionais.
-



Nesse sentido, nas suas diversas ações, diretas e indiretas, no território da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o Programa de Turismo Sustentável, por meios de projetos e parcerias, já formou mais de 1700 Monitores e Condutores Ambientais nos estados de São Paulo, Paraná, Sergipe e Rio de Janeiro; realizou treinamentos para empresários e prestadores de serviços em turismo; realizou análise e gerenciamentos de riscos de atividades turísticas em diversos estados da Mata Atlântica; e, realizou estudos, levantamentos e manejo de atrativos turísticos em Unidades de Conservação. Pela excelência e expertise, recebeu da UNESCO prêmio em representação a experiências exitosas na implantação de projeto de qualificação profissional voltados para moradores da Mata Atlântica.

Dedicatória

Este caderno é dedicado aos pesquisadores, docentes, técnicos, especialistas e lideranças que atuam com compromisso na promoção da educação ambiental, na conservação dos recursos hídricos e na construção de estratégias de desenvolvimento socioambiental sustentável, integrando saberes científicos, tradicionais e comunitários.

Estende-se também aos parceiros institucionais e apoiadores deste projeto, cuja colaboração foi essencial para sua realização com qualidade técnica, alcance territorial e impacto social.

Que os resultados aqui registrados fortaleçam políticas públicas, inspirem novas práticas e contribuam para a valorização dos territórios da Mata Atlântica como espaços vivos de conhecimento, participação e cuidado com a vida.



RESUMO EXECUTIVO

Em um tempo marcado por transições socioambientais profundas, este Caderno nº 50 da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) reafirma o compromisso da nossa Reserva com territórios vivos, processos formativos transformadores e o fortalecimento de redes que articulam conservação, cultura e justiça social. É o resultado de uma caminhada coletiva que reafirma a potência da educação ambiental como instrumento de transformação territorial, pertencimento e fortalecimento da cidadania ecológica.

O projeto “Os caminhos da Educação Ambiental: o turismo como ferramenta de sensibilização e conscientização ambiental no Vale do Ribeira/SP” se propôs a fortalecer o ecoturismo como ferramenta educativa, envolvendo a comunidade local, gestores públicos, educadores e atores do turismo em ações formativas e de valorização do território, materializando a missão da RBMA ao integrar educação, turismo e gestão participativa dos recursos hídricos. Financiado pelo FEHIDRO e executado pelo Instituto Amigos da RBMA, em parceria com o Legado das Águas e as Prefeituras Municipais de Miracatu, Tapiraí e Juquiá, a iniciativa promoveu a formação de monitores ambientais, oficinas temáticas, estruturação de um roteiro ecoturístico e ações que colocam o território como protagonista do seu próprio futuro.

O Vale do Ribeira, território de extraordinária relevância ecológica e sociocultural, reconhecido como Patrimônio Mundial Natural e Cultural pela UNESCO, foi palco de um processo participativo que, ao longo de 12 meses, estruturou um roteiro ecoturístico piloto e formou 30 monitores ambientais, unindo educação ambiental crítica, saberes sobre biodiversidade, práticas de manejo sustentável, gestão de trilhas, primeiros socorros e hospitalidade. Oficinas temáticas complementares abordaram temas como observação de aves, gestão das águas, planejamento de roteiros, comunicação e turismo pedagógico.

Essa vivência nos revela que o turismo, quando orientado pelos princípios do pertencimento e da sustentabilidade, pode se tornar uma ferramenta poderosa de educação, conservação e geração de renda. Ao qualificar moradores, técnicos municipais e professores como agentes multiplicadores, o projeto fortalece vínculos entre saberes tradicionais e práticas contemporâneas, promovendo o uso responsável da água e abrindo caminhos para um modelo de desenvolvimento de base comunitária, enraizado no cuidado com a vida e com o território.

A metodologia aplicada valorizou a escuta dos atores locais, a leitura crítica do território e a articulação com políticas públicas de educação, cultura, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As atividades foram planejadas de forma integrada com os Planos Municipais de Educação Ambiental (PMEAs), fortalecendo a governança e o papel das prefeituras como facilitadoras de processos transformadores. O projeto ainda

contou com a atuação de uma equipe técnica multidisciplinar, registros audiovisuais, produção de materiais educativos e criação de um guia de boas práticas para o turismo de base comunitária.

Esse trabalho dialoga diretamente com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 4 (educação de qualidade), ODS 6 (água e saneamento), ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), ODS 12 (consumo e produção responsáveis) e ODS 15 (vida terrestre). Ao reconhecer o turismo como ferramenta de sensibilização e como vetor de inclusão socioeconômica, este projeto constrói pontes entre a conservação da biodiversidade e o fortalecimento das comunidades guardiãs da floresta e nos lembra que conservar a Mata Atlântica é também conservar modos de vida, relações comunitárias e as águas que alimentam não apenas o território, mas também os sonhos e a dignidade de seus povos.

Mais do que números e atividades, este caderno documenta uma experiência de mobilização e regeneração social que pode ser replicada em outras bacias hidrográficas e Reservas da Biosfera, com adaptações às singularidades de cada território. Ele inspira novas práticas, convida à continuidade e reforça o papel da RBMA como espaço de articulação de soluções locais para os desafios globais.

Em nome do Conselho Nacional da RBMA, apresento com orgulho esta publicação e expresso nosso reconhecimento às instituições parceiras, às lideranças municipais, aos educadores, aos jovens e aos monitores formados, que agora caminham como multiplicadores de saberes e defensores da Mata Atlântica. Que este caderno seja não apenas um registro, mas também uma semente de continuidade, de afeto pelo território e de confiança na potência da educação como caminho de transformação. Que ele circule, emocione, ensine e mobilize. Que ele ajude a semear, em cada canto da Mata Atlântica, a certeza de que é possível um desenvolvimento que floresça com raízes, memória e dignidade.



A RBMA e o IA-RBMA – integração estratégica

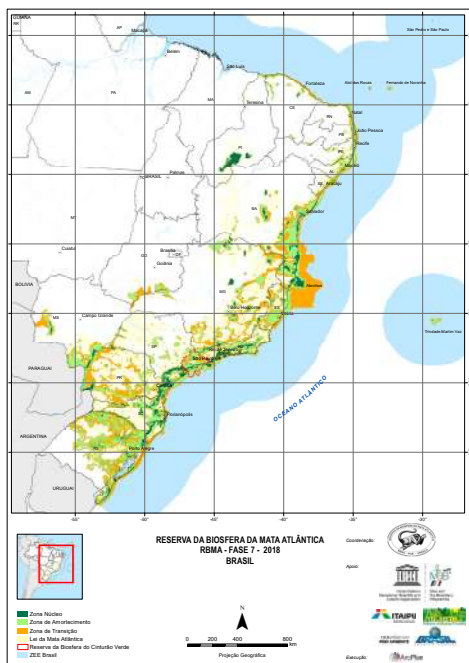
A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) foi a primeira unidade brasileira a integrar a Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO, tendo sido declarada em 1991. Com mais de três décadas de existência, é hoje a maior Reserva da Biosfera em área contínua do planeta, abrangendo cerca de 89,7 milhões de hectares em 17 estados brasileiros nos quais ocorre, em diferentes graus, o Bioma Mata Atlântica.

Seu território se estende por mais de 6.750 km dos 8.000 km do litoral brasileiro, desde o Piauí até o Rio Grande do Sul, incluindo também diversas ilhas oceânicas (como Fernando de Noronha, Abrolhos e Trindade) e avançando terra adentro em estados costeiros e interioranos, como Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

A RBMA está entremeada à região mais urbanizada e populosa do país. Estima-se que mais de 133 milhões de pessoas vivam em seu entorno, e que esse território concentre cerca de 70% do PIB nacional. Ela abrange 2.733 dos 3.400 municípios originalmente cobertos pelo Bioma Mata Atlântica, sendo 682 integralmente inseridos e 2.051 parcialmente inseridos em sua delimitação.

Um dos pilares da atuação das Reservas da Biosfera — conforme diretriz do Programa MAB/UNESCO — é a promoção do Desenvolvimento Sustentável. Alinhada a essa missão, a RBMA busca apoiar projetos e ações que promovam alternativas econômicas sustentáveis, a geração de trabalho e renda, e o fortalecimento de práticas que integrem conservação da natureza, inclusão social e valorização cultural.

Para viabilizar essas ações de forma eficiente, foi criado o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA), fundado em outubro de 1999, em Ilhéus/BA. Trata-se de



uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com finalidades ambientais, científicas, educativas e socioculturais, que atua como braço executivo da RBMA, no âmbito do seu sistema de gestão.

O IA-RBMA é uma entidade vinculada ao Conselho Nacional da RBMA, com Assembleia Geral e Diretoria compostas por seus membros, o que assegura interdependência, coerência institucional e articulação direta com as diretrizes estratégicas da Reserva da Biosfera.

Seus objetivos institucionais são

Os objetivos institucionais do IA-RBMA são:

- a) Apoiar a implantação e o fortalecimento da RBMA em todos os seus campos de atuação, em consonância com as diretrizes, prioridades e estratégias definidas pelo Conselho Nacional da RBMA;
- b) Captar e gerir recursos destinados à implantação da RBMA e à execução de projetos de conservação, recuperação ambiental e desenvolvimento sustentável em sua área de abrangência.

A atuação integrada entre o Conselho Nacional da RBMA e o IA-RBMA tem permitido a implementação de projetos com base em princípios participativos, articulações multissetoriais e foco territorial, consolidando a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica como referência nacional e internacional em inovação, governança socioambiental e conservação com justiça social.



Índice

1. INTRODUÇÃO	17
2. A REGIÃO ALVO DO PROJETO: CONTEXTO E JUSTIFICATIVAS	19
3. O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL – CBH/RB	22
4. A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O TURISMO COMO FERRAMENTA DE SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NO VALE DO RIBEIRA/SP”	25
4.1. Objetivos e Métodos	27
4.1.1. Objetivo específico 1: Realizar a organização e planejamento participativo das atividades.	28
4.1.2. Objetivo específico 2: Formar agentes multiplicadores - professores e técnicos das prefeituras municipais.	29
4.1.2.1. Realização de 03 (três) Oficinas Técnicas	29
4.1.3. Objetivo Específico 3: Formar moradores locais em monitores ambientais	31
4.1.3.1. Realização do Curso de Formação Básica de Monitores Ambientais	31
4.1.3.2. Realização de oficina de organização de associação comunitária e do Roteiro (eco) turístico.	41
4.1.3.3. Curso de Observação de aves	42
4.1.3.4. Curso de Análise e Gestão de Riscos	43
4.1.3.5. Curso de Manejo de Trilhas	44
4.1.3.6. Curso de Marketing	45
4.1.4. Objetivo específico 4: Elaborar um Roteiro (Eco) turístico tendo interface com ações de Educação Ambiental, que integre os três municípios inseridos no projeto	45
4.1.4.1. Inventário	45
4.1.5. Objetivo específico 5: Promover e Divulgar as ações do projeto e do Roteiro (Eco) turístico	51
5. RESULTADOS PREVISTOS E DESDOBRAMENTOS DO PROJETO	52
5.1. Com relação aos resultados específicos, temos:	52
5.2. Desdobramentos do Projeto	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
Referências bibliográficas	56
Referências Virtuais	58

1. INTRODUÇÃO

O projeto “Os caminhos da Educação Ambiental: o turismo como ferramenta de sensibilização e conscientização ambiental no Vale do Ribeira/SP” foi executado pelo Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA) – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que integra o sistema de gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) como seu braço executivo de natureza jurídica. Contou com financiamento do FEHIDRO e foi realizado em parceria com as Prefeituras Municipais de Miracatu, Tapiraí e Piedade, além do apoio institucional do Legado das Águas – Posto Avançado da RBMA.

O projeto articula-se com uma das frentes prioritárias do IA-RBMA: o fomento a iniciativas de turismo sustentável com base comunitária, como estratégia de desenvolvimento territorial. Os projetos voltados ao mercado de turismo elaborados pelo Instituto são concebidos a partir de ferramentas de Planejamento Estratégico e Participativo, com foco na valorização das manifestações culturais locais, dos saberes ancestrais e das formas tradicionais de relação com a natureza. São projetos que integram a gestão do território, o fortalecimento da identidade regional e as Boas Práticas do Turismo de Base Comunitária (TBC).

A partir dessa perspectiva, teve início um processo de mobilização local envolvendo os parceiros institucionais mencionados, além de empreendedores e organizações do setor turístico do Vale do Ribeira, como a Preservalle, o Rancho Sertanejo, o Eco Park Bioma e a agência receptiva JJ Aventuras. Juntos, construíram uma proposta de turismo integrado, formativo e territorialmente enraizado, que considera as comunidades tradicionais não como “cenário”, mas como protagonistas da experiência turística.

O projeto entende o TBC não como um segmento do mercado, mas como um modo de fazer turismo — ético, participativo, ecológico e situado. Sustenta-se na relação entre os recursos naturais e culturais e a forma como as comunidades os utilizam, manejam e protegem. Nesse modelo, o turismo é compreendido como uma prática de interação e não de consumo, que respeita o cotidiano dos povos do território e reforça os vínculos entre conservação ambiental, identidade cultural e renda solidária



As Boas Práticas propostas buscam refletir a realidade local e sua íntima relação com o uso da terra, orientando-se por princípios como: mínimo impacto, gestão comunitária, comunicação clara e participação social. O visitante é convidado à experiência vivencial, e não apenas à observação, o que permite o fortalecimento dos saberes locais de forma consciente e corresponsável, mantendo íntegras as características anfitriãs das comunidades.

Essa forma de gestão do turismo está plenamente alinhada às agendas internacionais de desenvolvimento sustentável, como reconhece a Organização das Nações Unidas (ONU). Ela promove vivências culturais e socioambientais específicas, fortalecendo formas de geração de renda complementar e digna para comunidades historicamente pressionadas em seus territórios culturais e ambientais.

Conforme destaca Sueli Furlan (2022), o Turismo de Base Comunitária deve ser compreendido como uma construção coletiva, feita por e para a comunidade, associando lazer e conservação, apoiando modos de vida locais e enfrentando os desafios impostos pela lógica do turismo massivo. Furlan adverte para os riscos da apropriação mercadológica do conceito de TBC, que, transformado em modismo ou estratégia de marketing, pode desvirtuar sua essência de pertencimento, autonomia e solidariedade.

A esse respeito, vale também recordar a Declaração de San José sobre o Turismo Rural Comunitário (2001), que define esse tipo de turismo como uma atividade socialmente solidária, ambientalmente responsável, culturalmente enriquecedora e economicamente viável.

O projeto adota como premissa que o TBC não deve competir com as práticas tradicionais, mas sim complementá-las, reforçando as estratégias de permanência territorial. As comunidades envolvidas demonstraram ampla capacidade de integrar o uso turístico à conservação socioambiental e cultural, estabelecendo limites, propondo regras de visitação e gerindo a atividade de forma aut noma. O objetivo não é substituir modos de vida, mas criar conexões sustentáveis que ampliem oportunidades e valorizem a gestão comunitária como eixo estruturante da cadeia produtiva do turismo.

2. A REGIÃO ALVO DO PROJETO: CONTEXTO E JUSTIFICATIVAS

O Vale do Ribeira, localizado entre o sudeste do estado de São Paulo e o leste do Paraná, abriga aproximadamente 23% dos remanescentes de Mata Atlântica no Brasil. A região é cortada pela Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, com cerca de 28 mil km², que forma um dos mais relevantes sistemas estuarino-lagunares do país, conectando os municípios de Iguape, Cananéia e Paranaguá.

A porção paulista do Vale do Ribeira distingue-se por suas condições ambientais, sociais e econômicas muito específicas, contrastando com o restante do estado. O relevo acidentado, o clima úmido e os solos menos férteis limitaram o avanço de monoculturas e da industrialização, colaborando para a conservação de amplas áreas de floresta nativa. Essa singularidade levou à criação de diversas Unidades de Conservação e ao reconhecimento da região como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO.

Além da riqueza natural, o território abriga uma diversidade sociocultural expressiva, composta por comunidades tradicionais — indígenas, quilombolas, caiçaras — e por agricultores familiares, todos detentores de valiosos saberes e modos de vida. No entanto, apesar de sua importância ambiental e cultural, o Vale do Ribeira figura entre as regiões com piores indicadores socioeconômicos do Sudeste brasileiro, com uma economia ainda baseada na agricultura de pequena escala e no extrativismo, sem ter participado plenamente dos grandes ciclos econômicos nacionais.

Esse histórico de “não-desenvolvimento” econômico, paradoxalmente, permitiu a preservação da biodiversidade e da cultura local. Com isso, o território passou a atrair cada vez mais visitantes interessados no turismo de experiência, aventura e educação ambiental, tornando-se um destino de grande potencial. A presença de rios, cachoeiras, lagos e nascentes transforma a água em elemento central da vivência turística, o que reforça a importância de garantir sua qualidade ecológica para a manutenção dessa atratividade.

O projeto parte da compreensão de que o turismo pode — e deve — ser um instrumento de educação para a conservação da água, ao mesmo



tempo em que contribui para o fortalecimento da cadeia produtiva local. A capacitação de comunidades e atores territoriais para práticas turísticas sustentáveis e educativas permite associar lazer, renda e cuidado com os recursos hídricos, dialogando com diretrizes e ações do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH-RB).

Durante o processo formativo, os participantes foram convidados a realizar leituras integradas do território, reconhecendo potencialidades e fragilidades, e elaborando estratégias e soluções com base em seus próprios saberes. A biodiversidade e as relações entre os modos de vida e o meio ambiente foram trabalhadas como matérias-primas do turismo com propósito, ancoradas na valorização do cotidiano local.

Essas atividades geraram dados e subsídios valiosos, que podem contribuir com o planejamento das prefeituras envolvidas (Miracatu, Tapiraí e Juquiá), com as estratégias do CBH-RB e com outras instâncias públicas, em temas como monitoramento da água, saneamento, gestão de resíduos e promoção do uso racional dos recursos hídricos.

Apesar de estarem localizados em uma zona reconhecida como o “Portal do Vale”, esses municípios ainda carecem de uma estrutura turística consolidada e autônoma. A falta de integração entre os saberes locais e o mercado turístico, aliada à baixa percepção sobre o valor estratégico da água, evidencia a necessidade de processos formativos e participativos para estruturar o setor com base em conservação, corresponsabilidade e identidade cultural.

Neste contexto, o projeto posiciona-se como um elo entre as comunidades locais e a missão do CBH-RB, promovendo o gerenciamento descentralizado, participativo e integrado dos recursos hídricos. Por meio da capacitação de monitores e agentes locais, fortalece-se a figura do “guardião da água” — alguém capaz de compreender, praticar e compartilhar o cuidado com os rios, as pessoas e os territórios.

Além disso, o turismo, enquanto ferramenta de educação ambiental, pode fomentar políticas públicas locais voltadas ao setor, estimulando novas iniciativas, fortalecendo redes comunitárias e construindo um novo olhar sobre os recursos hídricos — tanto para quem vive na região quanto para quem a visita.

Nos três municípios, o projeto evidenciou um hiato importante: a

existência de um acervo natural e cultural riquíssimo, em contraste com o desconhecimento, por parte da própria população, sobre o valor de seus saberes, práticas e territórios. Ao propor a integração desses elementos com a cadeia produtiva do turismo, a iniciativa fortalece a conservação ambiental como processo cultural e educativo, com foco na água como elemento estruturante.

O fortalecimento da governança territorial orientada pela água e pela participação comunitária contribui para uma melhor qualidade de vida, amplia a viabilidade econômica da permanência no campo e reconhece o turismo sustentável como atividade complementar às práticas locais. Uma abordagem que respeita o *modus vivendi* dos povos do Vale do Ribeira e afirma a natureza como base para a saúde, o lazer, a alimentação e a continuidade da história.



3. O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL – CBH/RB

Os Comitês de Bacia Hidrográfica compõem a estrutura do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH) e são reconhecidos pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) como os “Parlamentos das Águas”. Tratam-se de instâncias colegiadas que reúnem representantes do poder público, da sociedade civil e dos usuários de água de uma mesma bacia hidrográfica, com o objetivo de discutir, deliberar e propor ações para a gestão descentralizada, participativa e integrada dos recursos hídricos.

No caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguapec e Litoral Sul – CBH/RB, sua criação se deu em 13 de janeiro de 1996, com respaldo no Art. 4º das Disposições Transitórias da Lei Estadual nº 7.663/91. Inicialmente formado por 23 municípios, passou a contar com 24 municípios membros após a adesão de Ibiúna, em dezembro de 2011. Sua sede está localizada na cidade de Registro/SP, onde também funciona sua Secretaria Executiva.

O CBH/RB é composto por 42 membros titulares, representantes de órgãos públicos, sociedade civil organizada e setor de usuários de água. Sua atuação é articulada por meio de quatro Câmaras Técnicas:

- CT-PG – Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento
- CT-S – Câmara Técnica de Saneamento
- CT-APRM/AJ-SL – Câmara Técnica de Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Juquiá e São Lourenço
- CT-EA – Câmara Técnica de Educação Ambiental

A atuação do Comitê segue os princípios estabelecidos em seu Estatuto, conforme o Art. 3º, destacando-se entre suas finalidades:

1. Promover o gerenciamento descentralizado, participativo e integrado dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;
2. Adotar a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gestão;
3. Reconhecer os recursos hídricos como bem público de valor econômico, cuja utilização pode ser objeto de cobrança;

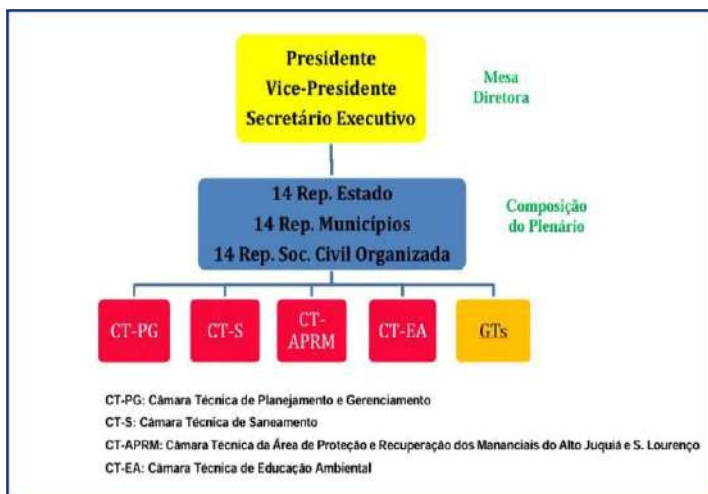


Figura 1: Plano de Capacitação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul – CBH/RB 2022-2025, p.8.

4. Apoiar o rateio de custos de obras de interesse comum ou coletivo;
5. Recomendar ações de prevenção e combate à poluição, inundações, estiagens, erosão e assoreamento;
6. Defender programas de compensação a municípios afetados por reservatórios ou restrições ambientais;
7. Integrar a gestão hídrica com o desenvolvimento socioeconômico e a proteção ambiental;
8. Priorizar o abastecimento humano nos usos múltiplos da água;
9. Estimular o aproveitamento racional e o uso sustentável dos recursos hídricos;
10. Apoiar a proteção das águas frente a ações que comprometam seu uso atual e futuro;
11. Atuar em defesa contra eventos hidrológicos críticos que coloquem em risco a saúde, a segurança pública e a estabilidade



socioeconômica;

12. Racionalizar o uso da água e prevenir a erosão nas áreas urbanas e rurais.

O CBH/RB exerce papel ativo na elaboração dos Planos Municipais de Defesa Civil (PMDC), colaborando na prevenção de desastres e impactos ambientais. Sua atuação possibilitou a inclusão dos 24 municípios do Vale do Ribeira no sistema de monitoramento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Entre as ações específicas conduzidas pelo Comitê, destacam-se:

- Formulação e implementação da cobrança pelo uso da água;
- Discussões sobre a reversão das águas do Alto Juquiá para a Região Metropolitana de São Paulo;
- Contribuições ao Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro;
- Enfrentamento da contaminação por chumbo em áreas específicas;
- Apoio a obras de desassoreamento de cursos d'água e melhoria do abastecimento hídrico;
- Análise de Estudos de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e projetos de aproveitamento hidrelétrico;
- Promoção de ações de capacitação e educação ambiental;
- Cooperação com as Defesas Civas municipais, inclusive com treinamentos para agentes, ações de saneamento rural e preparação para acidentes com produtos químicos ou tóxicos.

A atuação do CBH/RB reafirma o papel estratégico dos Comitês de Bacia como instâncias deliberativas, consultivas e propositivas, voltadas à construção coletiva de soluções para os desafios da água, à mediação de interesses diversos e à indução de políticas públicas sustentáveis em suas respectivas regiões.

4. A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O TURISMO COMO FERRAMENTA DE SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NO VALE DO RIBEIRA/SP”

Este projeto foi desenvolvido ao longo de 12 (doze) meses e foi dividido em 5 (cinco) objetivos específicos nos quais foram privilegiados os processos participativos e priorizadas as formas de atuação que envolvem as comunidades na condução de todas as atividades previstas, conforme Figura 3 – a seguir:

OBJETIVOS INTEGRADOS – GESTÃO CÍCLICA DO PROJETO



Figura 3 - Objetivos Específicos do Projeto

A metodologia do projeto baseou-se nas experiências da instituição proponente e organizações parceiras na execução de projetos que visam a promoção do turismo de base local no território da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, onde são privilegiados os processos participativos e priorizadas as formas de atuação que envolvem as comunidades na condução de todas as ações previstas.

Foram utilizadas ferramentas e técnicas que permitiram a reflexão, a compreensão da realidade e a busca de soluções frente à



realidade vivida pelas comunidades envolvidas. Com enfoque multi e interdisciplinar buscou-se a construção da cidadania neste processo, por meio da troca de saberes e conhecimentos, promoção de vivências, estímulo ao fortalecimento das práticas associativas e busca de novas parcerias. As atividades adotaram os princípios do ordenamento e implantação do turismo de base local e agregação de valor dos produtos associados à atividade turística na região.

Todas as ações do projeto permearam o trabalho da comunicação, divulgando, motivando, articulando, capacitando e formando os envolvidos, pela produção de diversos materiais educativos e de divulgação.

O Projeto foi organizado em cinco objetivos específicos, que reúnem as diversas atividades. Estas ações se relacionam entre si, de modo a atender os seguintes princípios:

- **Replicabilidade** – as atividades propostas: produção sustentável, qualificação profissional e educação ambiental, apresentaram condições de serem continuadas na região do Projeto e em outras;
- **Sistematização** – as informações foram organizadas, para permitir a avaliação e a replicação das ações;
- **Participação** – a participação do público-alvo, cadeia produtiva do turismo, produtores rurais, artesanais e suas organizações, bem como outros órgãos e entidades envolvidas foi fundamental, em todos os momentos do Projeto;
- **Multi institucionalidade** – o Projeto envolve pescadores, produtores rurais, artesanais e moradores ligados a atividade turística, além de diversos grupos e organizações governamentais, não governamentais e comunitárias;
- **Multidisciplinaridade** – o desenvolvimento das atividades envolveu diferentes áreas do conhecimento, no campo da conservação, turismo, educação e comunicação.

Ao longo de todo o processo, a disseminação e a troca de informações, foi contínua possibilitando e fortalecendo a participação em Cursos e Oficinas e, fundamentalmente na construção do Roteiro Integrado. O Projeto culminou em desdobramentos, conforme serão apresentados no capítulo 5 “Resultados e Desdobramentos do projeto”, confirmando que este sistema de integração, envolveu muitos participantes, seja direta ou indiretamente.

Vale salientar que as estruturas didático-metodológicas das reuniões, cursos e oficinas, tiveram sempre o viés da participação coletiva, democratizando desde a constituição do calendário das aulas com os participantes, até as formas de integração do grupo, que visam a troca de conhecimentos de forma objetiva e humanizada, o que contribuiu diretamente com o processo integral, até a constituição do Roteiro, ou seja, as ações e etapas são interligas por ações – elo. Neste contexto, a comunicação integrada e democrática (cíclica) foi o fator determinante para a fluidez dos acordos.

4.1. Objetivos e Métodos

O projeto foi estruturado e desenvolvido em cinco etapas (objetivos específicos) complementares e integradas entre si, com base na metodologia participativa, possibilitando a adequação fluida de complementações e ajustes que tornam o projeto o reflexo da identidade e dinâmica locais.

A lógica sequencial das etapas considerou os seguintes princípios: diálogo aberto, troca de experiências, capacitação técnica especializada, conhecimento da oferta turística (o que pode ser usado pelo turismo e o que não e o porquê), replicabilidade, incentivo à cooperação, democratização de saberes e gestão participativa.

Com vistas a garantir o cumprimento de cada uma das etapas, o fator “comunicação” se deu por duas vertentes:

- a comunicação integrada do projeto, por meio do planejamento da coordenação quanto às formas de abordagem das ações/



atividades e seus propósitos ao público-alvo e parceiros, realizando-se a medição e a análise de resultados a cada etapa, a elaboração de documentos e o diálogo constante com a equipe executiva e representantes locais para a informação sobre encaminhamentos e decisões – a denominada Comunicação Circular;

- a comunicação estritamente relacionada aos produtos de mídia elaborados no decorrer do trabalho, com ênfase na promoção destes materiais que compõem a estrutura de veiculação do produto, com a utilização de uma linguagem persuasiva, voltada para a validação social, pautada na reciprocidade para o consumo utilizando-se de canais de veiculação digitais e materiais produzidos ao longo do Objetivo Específico 5, descrito ao longo deste caderno.

Ao longo da narrativa textual do documento, neste capítulo serão apresentados cada objetivo específico e as ações realizadas, bem como a síntese das atividades e respectivas justificativas.

4.1.1. Objetivo específico 1: Realizar a organização e planejamento participativo das atividades.

A primeira etapa do Projeto consistiu em Reuniões de alinhamento online, envolvendo representantes do Legado das Águas, das Secretarias e Diretorias de Turismo, Meio Ambiente e de Esportes e Cultura dos municípios em referência, auxiliando no delineamento de cronogramas, temáticas específicas das capacitações e formas de engajamento, visando a máxima da participação coletiva e democrática em todas as ações previstas no âmbito do projeto.

Neste sentido, a elaboração do Plano de Ação em conjunto com estes representantes foi fundamental, culminando-se na constituição de um Comitê Local de Organização, que colabora diretamente na mobilização de públicos e apoiadores do projeto e, na promoção das ações, para o engajamento e conscientização dos moradores sobre a inquestionável importância do tema e da necessidade de fortalecimento dos processos de educação para a sustentabilidade.

Estas reuniões foram realizadas por meio do ajuste entre o cronograma do projeto e a disponibilidade de agenda destas representações municipais, com vistas a fortalecer o caráter participativo, democrático

e transparente do trabalho. As reuniões foram essenciais para o alinhamento de expectativas quanto ao projeto e para a estruturação das estratégias de mobilização das comunidades (o que incluiu lideranças), parceiros e equipe técnica.

Da mesma forma, com base nas articulações pretéritas estabelecidas por meio de outros projetos da RBMA desenvolvidos na região do Vale do Ribeira, foram contactados parceiros locais e apoiadores para fins de integração e organização conjunta das atividades no âmbito do projeto, fundamentalmente no tocante ao apoio logístico em campo e cessão de espaços para a realização das ações práticas.

Esta integração com as localidades por meio de parceiros e apoiadores, fortaleceu a conectividade entre os municípios e a promoção do projeto em si, com o propósito de se atingir o número previsto de participantes nas capacitações temáticas e estratégicas, a definição dos locais para a realização das mesmas, apoio logístico e, a constituição do Plano de Ação do projeto em conjunto com os atores locais. Além disso, a ação direta das prefeituras, apoiadores e parceiros na mobilização do público-alvo, tem sido um fator diferencial para a seleção de pessoas e grupos com real interesse nas capacitações, tanto como multiplicadores ou, como participantes/aprendizes.

4.1.2. Objetivo específico 2: Formar agentes multiplicadores - professores e técnicos das prefeituras municipais.

4.1.2.1. Realização de 03 (três) Oficinas Técnicas

Voltadas à formação de multiplicadores/agentes ambientais, com enfoque em recursos hídricos e a conservação ambiental - com 16 horas cada oficina – previsão de realização de uma oficina por município envolvido, envolvendo aproximadamente 20 participantes por oficina temática.

No período de dezembro de 2024 a abril de 2025, foram realizadas 03 (três) Oficinas voltadas para a formação de Agentes Multiplicadores, com enfoque em “gestão sustentável dos recursos hídricos na Bacia do



Ribeira de Iguape” e os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, temáticas estas, estratégicas para a educação ambiental nas escolas e sensibilização, tanto do professorado, como dos alunos, para a efetiva conservação das águas, aliada ao desenvolvimento sustentável.

Estas temáticas foram definidas como estratégicas para o fortalecimento do caráter de pertencimento coletivo sobre o papel dos atores locais com relação aos recursos hídricos que, por meio de abordagens baseadas nos princípios da Educação Ambiental, foram instruídos sobre a necessidade de geração e multiplicação de informações sólidas sobre a “gestão das águas” para a manutenção da vida, do ponto de vista da interpretação ambiental e da educação contínua e democrática, acessível a qualquer cidadão.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também foram discutidos, para fins de disseminação de sua importância local e global, tema este, ainda pouco conhecido pelo professorado e, inclusive, por representantes das prefeituras. Para a composição das Oficinas, as ementas, plano de aulas e local de realização das mesmas, foram acordados entre as Secretarias Municipais de Educação, Meio Ambiente e Turismo, em consulta a diretoria de escolas e conselhos escolares.

Os debates ao longo da Oficina geraram encaminhamentos estratégicos, abaixo destacados:

- o país ainda está passando por um momento de transição onde é preciso apoderar-se da ferramenta do PSA e levar a metodologia para o Sistema de Solução Alternativa como uma ferramenta de gestão de risco;
- muitas contribuições / projetos foram encaminhadas ao CBH-RB e discutidas, e apesar de muitas vezes ocorrerem discordâncias, foram consensuadas pela maioria, porém, sem pessoas treinadas para lidar com as temáticas e muitas vezes, por falta de proatividade;
- que ocorram mais oficinas como estas, no formato de Treinamentos;
- a possibilidade de associar a conservação a água, aos ODS e ver como dinâmicas simples de educação ambiental geram impactos positivos.



Imagem 1 e 2 - Oficinas de formação de multiplicadores - Fotos: Ana Lopez e Patricia Rossi

4.1.3. Objetivo Específico 3: Formar moradores locais em monitores ambientais

4.1.3.1. *Realização do Curso de Formação Básica de Monitores Ambientais*

Foi realizado um Curso de Formação Básica de Monitores Ambientais com 240 horas/aulas, certificando 30 Monitores Ambientais, moradores dos municípios de Juquiá, Tapiraí e Miracatu. Os módulos temáticos do curso de monitores foram realizados nos espaços cedidos pelos parceiros locais, tais como: na SETUR – Secretaria de Turismo de Juquiá, no Eco Park Bioma e no Rancho Sertanejo.

Os participantes dos cursos foram indicados pelos parceiros locais, atendendo a critérios específicos (ser morador local há mais de 5 anos, ter disponibilidade para permanecer fora de casa por mais de 1 dia, ser maior ou ter 18 anos completos). Todos assinaram os Termos de Ciência de Risco e de Autorização do Uso de Imagem.

Quanto aos docentes, instrutores e palestrantes, foram selecionados preferencialmente, aqueles que apresentaram estratégias didáticas inclusivas, agregando e integrando os saberes locais/tradicionais e o processo de construção do conhecimento.

A grade curricular diversificada e especializada aplicada pela RBMA há mais de 27 anos, passou por ajustes pontuais para atender de modo integrado a legislação vigente e ao Comitê da Bacia Hidrográfica do



Ribeira de Iguape e Litoral Sul. A grade curricular é composta de Módulos Temáticos Integrados, que sob a ótica do processo de construção de conhecimento, favoreceu o aprendizado de forma que o aluno desenvolva o olhar sistêmico dos conteúdos, associando-os à realidade e criando parâmetros entre seus saberes e os novos conhecimentos adquiridos e compartilhados.

A estrutura Curricular do Curso Básico de Monitores Ambientais está em conformidade com a Instrução Normativa Nº 8, 18/09/2008, Resolução SMA Nº 195, de 21/12/2018 E Resolução SMA/IF 032/1998, também contemplam as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT: NBR 15505 – Turismo com atividades de caminhada; Condutores – Competência de pessoal; NBR 15286 – Informações mínimas preliminares a clientes; NBR 15331 – Sistema de Segurança do Turismo de Aventura.

MÓDULOS	EIXOS TEMÁTICOS
AULA INTRODUTÓRIA	1. Informações gerais sobre o curso e metodologia a ser utilizada;
	2. Ética e o trabalho do monitor ambiental;
	3. Legislação ambiental;
	4. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
	5. A Educação Ambiental como ferramenta transformadora de conduta.
Carga horária	8 horas
MÓDULO I Turismo e Sustentabilidade	1. Conceitos básicos de turismo, tipologia turística, turismo na atualidade e tendências;
	2. Conceitos de sustentabilidade;
	3. Turismo e Sustentabilidade;
	4. Conceitos e elaboração de Roteiros Turísticos;
	5. Turismo na comunidade e princípios do planejamento turístico
	6. Áreas de visitação e roteiros turísticos (Exemplos);
	7. Políticas públicas, legislação, regulamentação e normas turísticas;
	8. Mídias Digitais e sua importância para o turismo.
	Visita técnica – Vivência em Campo V
Carga horária	24 horas

MÓDULO II Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica da Região	1. Política de Recursos Hídricos, com ênfase na Política Estadual, suas potencialidades, oportunidades de ação e gestão; 2. Conceitos Básicos e Gestão dos Recursos Hídricos; 3. Bacia Hidrográfica e a importância dos recursos hídricos da região, do ponto de vista de conservação e uso sustentável; 4. Impactos da qualidade da água & impactos socioeconômicos da população; 5. O papel do Monitor Ambiental na conservação dos recursos hídricos. Visita técnica – Vivência em Campo IV
Carga horária	24 horas
MÓDULO III Meio Ambiente e Cultura	1. Ecologia básica; biomas, ecossistemas brasileiros com ênfase em Mata Atlântica; 2. Localização geográfica, abrangência e características do meio físico da região; 3. Biodiversidade da região; Visita técnica – Vivência em Campo I 4. Histórico da ocupação, aspectos socioeconômicos e patrimônio histórico-cultural da região; 5. Patrimônio arqueológico e paleontológico; Visita técnica – Vivência em Campo II 6. Legislação ambiental; 7. Unidades de Conservação e outras áreas protegidas; 8. UC's – histórico, implantação, programas, comunidades, etc; Visita técnica – Vivência em Campo III
Carga horária	48 horas
MÓDULO IV O trabalho do Monitor / Condutor Ambiental	1. Monitor/condutor local e sua atuação profissional; 2. Planejamento e técnicas de condução de grupos em áreas naturais; 3. Apresentação pessoal e postura profissional (ética profissional); 4. Educação Ambiental e a sua interface com o trabalho do monitor ambiental. Visita técnica – Vivência em Campo VI 5. Atividades lúdicas e educativas na natureza (jogos e atividades que visem à integração do grupo e ao entendimento do indivíduo como parte construtiva da sociedade); 6. Monitoramento e manejo da visitação pública; Visita técnica – Vivência em Campo VII 7. Noções básicas de orientação e navegação; 8. Práticas de interpretação de trilhas e outros atrativos, princípios das atividades de mínimo impacto; 9. Técnicas de condução de atividades náuticas (boia cross, rafting e canoagem) 10. Noções básicas de técnicas verticais 11. Prevenção de impactos ambientais e sociais decorrentes das atividades; Visita técnica – Vivência em Campo VIII 12. Legislação e o trabalho dos condutores/monitores ambientais. 13. Comunicação (Sensibilidade do entorno; Construção de discurso explicativo; Da ideia à fala; Expressão de ideias através dos gestos; O corpo como agente de expressão).
Carga horária	56 horas



MÓDULO V Organização comunitária e “A construção de um turismo sustentável”	1. Associativismo e cooperativismo;
	2. Conceitos e noções de Planos de Negócios;
	3. Marketing turístico;
	4. Infraestrutura local e regional;
	5. Relações entre setores e atores envolvidos com o Turismo;
	6. Legislação Aplicável;
	7. Mídias Digitais como ferramenta de vendas;
	8. Agenda 21 local;
	9. ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.
Carga horária	24 horas
MÓDULO VI Suporte Básico de Vida (Segurança e Primeiros Socorros)	1. Noções básicas para o gerenciamento de riscos em equipamentos, primeiros socorros e animais peçonhentos;
	2. Plano de contingência;
	Visita técnica – Vivência em Campo IX
	3. Sistema de saúde regional;
	4. Planejamento familiar;
	5. Sexualidade e Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST;
	6. Acessibilidade;
	Visita técnica – Vivência em Campo X
	7. Noções de prevenção de acidentes e combate a incêndios.
Carga horária	8. Técnica de Busca e Salvamento Aquático
	9. Visita técnica – Vivência em Campo XI
	48 horas
Oficina de avaliação	Avaliação dos conhecimentos adquiridos e avaliação geral do curso.
Carga horária	08 horas
Carga horária total	240 horas

Tabela 1 - Grade Curricular - Curso Básico de Condutores Ambientais – Fonte: IA-RBMA -2000

Obs.: Alguns dos temas foram tratados por todos os professores e desenvolvidos no decorrer dos módulos e não se apresentam tacitamente na grade curricular. São assuntos que transcendem à disciplina propriamente dita, mas são alicerces da construção das atitudes sociais. Assim a ética, a cidadania, os direitos e deveres do cidadão, a sexualidade, a globalização, o cooperativismo e, especialmente a ação comunitária, uma vez que ela que irá alavancar a formação de um grupo de ação para operacionalizar, organizar e representar a atividade, que é um dos objetivos do curso. Este objetivo talvez seja o que assegure a plena efetivação de uma monitoria ambiental na região, proporcionando um foro de discussão e encaminhamento de propostas e soluções às questões surgidas no exercício da atividade e ou a integração a outros grupos com o mesmo fim.

Distribuição de carga horária

Os cursos foram ministrados em módulos temáticos, com duração

mínima de três dias e duração máxima de oito dias. Os módulos mais longos foram divididos em duas partes e ministrados preferencialmente em dias de semana (segunda a sexta) em dois blocos de quatro horas/aulas, no período da manhã e tarde com intervalos entre módulos de 20 a 30 dias.

Avaliação

A cada módulo os alunos foram avaliados de diferentes maneiras, sendo: avaliação escrita e oral, relatórios de campo, apresentação de trabalhos, painéis e mesas redondas.

A cada etapa ou módulo realizado, foram solicitados relatórios individuais, com uma apresentação crítica e opinativa pelo aluno. Este material ajuda na validação das atividades realizadas e a construir parâmetros que embasam este e futuros trabalhos.

Certificação

Quanto à conclusão do curso, os alunos, devidamente aprovados, receberam os certificados que cumpriram os critérios estabelecidos.

Os alunos aptos à certificação são aqueles que frequentaram cada módulo em 75% ou mais e obtiveram nota superior a 6,0. A avaliação julgou se o aluno alcançou uma parcela próxima (dois terços) dos objetivos propostos, tomando-se esta fração como satisfatória. Nos casos em que os alunos deixaram de frequentar a totalidade do módulo, sem, contudo, comprometer a carga horária total (75%) há a expedição de atestado de conclusão de curso, constando a falta da carga horária do módulo específico, que deverá ser cumprida na realização de uma capacitação futura. Este procedimento foi seguido também para os casos de reprovação por insuficiência (abaixo de 6,0).



Imagem 3 - Formandos do 1º Curso de Formação Básica de Monitores Ambientais do Portal do Vale do Ribeira - Entrega de certificados – Foto: Luciana Jacqueline Cavalcante



Ao final do Curso, os participantes realizaram um prova dos conhecimentos apreendidos, a avaliação da estrutura didático-pedagógica de ambos, e das estruturas físicas disponibilizadas e, uma autoavaliação.

Nas autoavaliações, os destaques foram: expressões de conquista, realização, integração, conexões de amizade, esperança e apropriação de conhecimento histórico, pertencimento territorial e respeito à ancestralidade, e autovalorização. O sentido de conectividade entre comunitários, está entre a maior parte de depoimentos e expressão escrita nos formulários. Na totalidade, os egressos registraram a satisfação com os cursos em termos de conteúdos, logística e qualidade dos instrutores/docentes.

Abaixo segue imagens do Curso Básico de Monitores Ambientais:



Imagem 4 e 5 - Abertura oficial do Curso de Monitores Ambientais em Juquiá/SP. Foto: Patricia Rossi



Imagem 6 e 7 - Aulas teóricas e práticas da disciplina de Turismo e Sustentabilidade, incluindo-se treinamento em campo sobre inventari- ação turística. Fotos: Jhonatas Francis Moreira



Imagem 8 e 9 - Módulo II – Recursos Hídricos – Professor Rafael Guimarães – Fotos: Ana Lopez



Imagem 10,11,12 e13 - Módulo III - O Ambiente e Cultura, grupos de trabalho em atividades teóricas e práticas - Fotos: diversos alunos



Imagem 14,15,16,17, 18 e 19 - Módulo IV - O Trabalho do Monitor Ambiental - Fotos: diversos alunos



Imagem 20, 21 e 21 - Módulo V - Organização comunitária e "A construção de um turismo sustentável" - Fotos: Katiúscia Cornelisse Sahl





Imagem 22, 23, 24, 25, 26 e 27 - Módulo VI - Suporte Básico de Vida - (Segurança e Primeiros Socorros) - Fotos: Joelma Nunes da Silva e Elaine Izabel de Mora

4.1.3.2. Realização de oficina de organização de associação comunitária e do Roteiro (eco) turístico.

Realização de uma Oficina de Introdução ao Associativismo, com 16 horas/aulas, e com o objetivo de capacitar representantes de associações locais e grupos informais na área de abrangência do Projeto, com vistas a instrumentalizá-los sobre a formalização dos grupos comunitários.

O tema Associativismo foi abordado em outras ocasiões ao longo das Oficinas de Empreendedorismo e nos Cursos de Formação Básica de Monitores Ambientais, considerando-se que esta forma de organização vem sendo adotada no mercado turístico em diversos destinos, uma vez que propõe a integração comunitária e a adoção de práticas de planejamento objetivas e constituídas coletivamente (desenvolvimento de um trabalho conjunto em prol de uma meta comum apesar dos interesses adversos).

O escopo desta Oficina foi o conceito de que o associativismo colabora e pode promover a formação de uma rede de apoio contínuo e ativa para o desenvolvimento das comunidades que atuam com o turismo de base local, fortalecendo a atuação territorial e facilitando as relações entre os atores locais. Os participantes debateram sobre a associação coletiva, como forma de minimizar as tensões da competição inerente ao mercado turístico e como contribuição à elaboração de normas e regras coletivas para atuação comunitária e exercitarem a constituição de uma Associação de Condutores Locais, Código de Ética e Regimento Interno. Receberam também orientações sobre as normas contábeis, jurídicas e administrativas deste tipo de organização. Parte desta oficina foi conduzida por um consultor do SEBRAE.



Imagem 28 - oficina de organização de associação comunitária e do Roteiro (eco) turístico - Foto: Jhonatas Francis Moreira



4.1.3.3. Curso de Observação de aves

Foram realizados 2 (dois) cursos de observação de aves, que ocorreram de forma simultânea, um no Legado das Águas e outro no Rancho Sertanejo, ambos parceiros e apoiadores do projeto. A realização deste curso se deu pela demanda apresentada pelos moradores locais com relação ao segmento de *Birdwatching* (Observação de pássaros), uma modalidade do turismo de natureza que leva benefícios às comunidades, o que inclui a valorização de saberes locais e o conhecimento sobre a dinâmica natural, viabilizando a abertura de outras fontes de renda associadas diretamente ao Turismo de Base Local e que complementam conteúdos abordados.

A prática do *Birdwatching* é considerada uma forma de lazer que não provoca a degradação ambiental e impactos nocivos às localidades anfitriãs em decorrência do perfil da demanda que a prática desta atividade se encaixando na proposta de implantação do Roteiro Integrado de Turismo de Base Comunitária na região alvo do projeto. Absorvida pelo roteiro e pelas comunidades de um modo geral, este segmento traz aos comunitários o acesso à “ciência cidadã”, valorizando os saberes coletivos comunitários.

O mercado envolvido na observação de aves no Brasil tem estimado um potencial para movimentar mais de R\$ 90 milhões em 2022. O Brasil possui 20% de todas as espécies de pássaros do planeta, oferecendo uma grande diversidade para os praticantes de "Birdwatching". A região do Vale do Ribeira tem se tornado um importante destino nacional, o que reforça a importância do Roteiro Integrado



Imagem 29 e 30 - Curso de Observação de Aves realizado no Rancho Sertanejo – Fotos: Joelma Nunes da Silva



Imagem 31 e 32 - Curso de Observação de Aves realizado no Legado das Águas – Fotos: Elaine Izabel de Moura

4.1.3.4. Curso de Análise e Gestão de Riscos

Realização de um Curso de Oficina Análise e Gestão de Riscos, com 24 horas/aulas, com o objetivo de capacitar monitores ambientais e o trade local para a identificação dos perigos e riscos existentes na atividade de turismo praticadas no território, com vistas a elevar o nível de segurança dos visitantes e minimizar o impacto ambiental na área.

Este curso foi uma demanda dos alunos do Curso de Formação Básica de Monitores Ambientais para serem instrumentalizados sobre a realização estudos/levantamentos quanto a gestão de riscos na sua área de atuação. Este curso é embasado ABNT ISO 21101 – Sistema de Gestão de Segurança do Turismo de Aventura - as Normas Técnicas para Turismo de Aventura possuem enfoque em Sistemas de Gestão de Segurança e Gerenciamento de risco que levam em conta a prevenção dos acidentes por meio de análises de riscos detalhadas com a finalidade de estabelecer parâmetros e procedimentos para as emergências nas atividades turísticas.



Imagem 33 e 34 - Curso de Análise e Gestão de Riscos - Fotos: diversos alunos



4.1.3.5. Curso de Manejo de Trilhas

Realização de um Curso de Manejo de Trilhas, com 24 horas/aulas, com o objetivo de instrumentalizar os participantes sobre a identificação dos impactos, fragilidades e especificidades dos meios físico e biótico das trilhas usadas para uso turístico e técnicas de mínimo impacto para manejo e intervenção em trilhas inseridas nos ambientes naturais

O curso foi voltado para os condutores ambientais formados pelo projeto, as aulas práticas foram realizadas na propriedade rural “Rancho Sertanejo”, onde os alunos identificaram os impactos em todo o trajeto da trilha e fizeram proposições de manejo, considerando: intervenções e investimentos necessários, bem como recomendações para a conservação por meio do uso orientado.

Durante as aulas teóricas foram discutidas estratégias de manejo para a manutenção e conservação dos recursos naturais nas trilhas, bem como, foram apresentadas pelos alunos propostas de manejo e técnicas de mínimo impacto ao ambiente natural, levando-se em conta a conservação ambiental e a segurança dos usuários.



Imagem 35, 36, 37 e 38 - Aula Prática do Curso Manejo de Trilhas. Fotos: diversos alunos

4.1.3.6. Curso de Marketing

O Curso de Marketing intitulado “Estratégias de Marketing aplicadas aos serviços e produtos Ecoturísticos”, teve o objetivo de fornecer subsídios aos alunos, para a aplicação de técnicas que envolvem a eficácia para a fidelização do consumidor de atividades e produtos turísticos, atendendo suas necessidades sem a perda da identidade local e regional. A estrutura do Curso foi constituída sobre a definição do Marketing na era digital, sobre a importância do pertencimento daqueles que atuam com o receptivo turístico e o agenciam, com ênfase na valorização da criatividade individual e coletiva para atrair e influenciar, as relações que constituem a cadeia produtiva do turismo. Além da apresentação e do estudo sobre o Mix de Marketing e das etapas para a elaboração de um Plano de Marketing, os participantes experienciaram a construção de marcas, a pesquisa sobre demanda de consumo, bem como a importância da experiência do cliente e do relacionamento do empreendedor com o mercado, para a formatação de um público fiel. Fazendo o uso das atuais ferramentas tecnológicas para a efetiva comunicação e promoção do turismo de forma responsável, os alunos puderam identificar seu potencial empreendedor utilizando as estratégias do Marketing em prol do aprimoramento dos produtos e serviços e, ponderando do ponto de vista da ação integrada, as potencialidades atrativas da região e as necessidades de melhorias na oferta já existente.

4.1.4. Objetivo específico 4: Elaborar um Roteiro (Eco) turístico tendo interface com ações de Educação Ambiental, que integre os três municípios inseridos no projeto:

4.1.4.1. Inventário

Para atender o objetivo 4, foram realizadas oficinas de organização e do planejamento integrado do Roteiro envolvendo os 03 municípios abrangidos pelo projeto – Miracatu, Tapiraí e Juquiá – Oficina de planejamento participativo com 16 horas cada que envolveu os participantes e parceiros do projeto.

Foi realizado um mapeamento/mapeamento/inventário de atrativos, iniciativas, atividades e eventos que se enquadrem nos conceitos de sustentabilidade socioambiental. Que consistiu na realização de um inventário de produtos, serviços e roteiros turísticos e, elos da cadeia produtiva do turismo de base comunitária. Essa ação objetivou conhecer



a realidade dos beneficiários, de forma a avaliar suas potencialidades e necessidades. Por meio do mapeamento foi possível identificar as atividades e iniciativas de turismo sobre temas ligados à sustentabilidade e que basearam a discussão dos critérios de qualidade socioambiental para cadeia de turismo local. Esta atividade contemplou as seguintes ações: elaboração do questionário, aplicação do questionário no campo, verificação de necessidades quanto a investimentos para os empreendedores, necessidades de apoio à organização comunitária, digitação dos dados, elaboração de relatório de análise da realidade e um cadastro de iniciativas, serviços, produtos e produtores artesanais que se enquadrem nos conceitos de sustentabilidade socioambiental.

Foram inventariados 34 atrativos, sendo 18 atrativos naturais, 15 atrativos culturais e 12 equipamentos de apoio ao turismo. Além do levantamento realizado pelos alunos do Curso de Monitores Ambientais, foram identificados outros elementos durante as entrevistas com lideranças locais das comunidades.

Para a constituição do documento final foram integrados dados de pesquisas bibliográficas e de campo, como estratégia para a validação de informações, o que permitiu a retroalimentação de dados de forma contínua, mesmo após o término do Projeto. Lideranças e moradores foram entrevistados para a obtenção de informações sobre estruturas de atendimento básico aos comunitários e quanto à estruturas específicas para o turismo, de modo que tais dados balizem a constituição do Roteiro Integrado de forma racionalizada para o uso sustentável da cultura e recursos naturais.

Na figura 4, a sistematização do processo de inventariação:

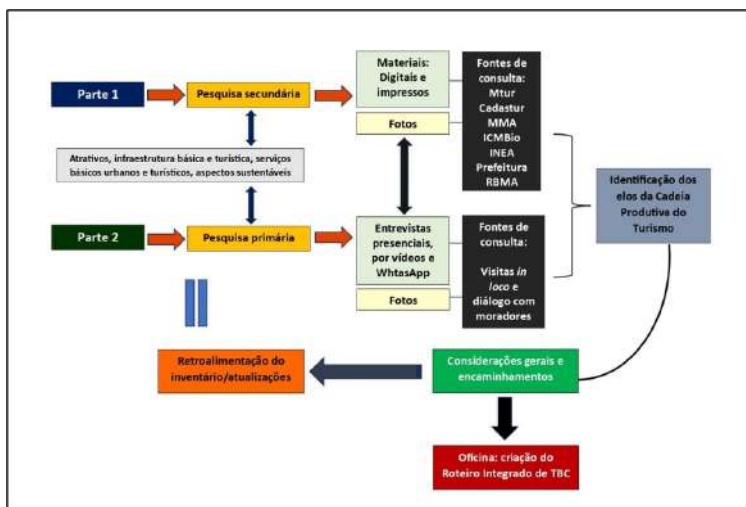


Figura 4 - Processo de inventariação

Considerando-se atender ao objetivo específico 4 do Projeto, o inventário teve a função de elencar o que os municípios oferecem e querem oferecer em termos de atratividade turística, como e para quem desejam comercializar determinados produtos e fundamentalmente, quais são os aspectos e os elementos da oferta turística que estas comunidades têm em comum e que poderão ser integrados por meio do Roteiro citado.

Um diferencial desta etapa foi a participação dos alunos dos Cursos de Formação de Monitores Ambientais nos levantamentos de campo, tanto para a validação dos de informações secundárias, como para exercitar o olhar sobre o potencial atrativo dos envolvidos, fragilidades locais e dos pontos necessários de intervenção, de modo que se possa inserir estes recursos no Roteiro integrando-os de forma responsável e em consonância aos anseios dos comunitários.

Para este levantamento, os alunos passaram por um treinamento sobre as formas de aplicação de formulários específicos e sobre a percepção ambiental, de modo que o que lhe parece comum, pode ser um diferencial para o Roteiro, ou um aspecto frágil que necessita de maior atenção no tocante a não serem prejudicadas as atividades dos moradores ou o modo de vida da comunidade. O treinamento teve como premissa, balizar os alunos para a identificação e o registro de recursos naturais e culturais, considerando-se aqueles com características preferencialmente sustentáveis associados à estruturas, serviços e atrativos turísticos, bem como levando em consideração sua importância com ferramenta do planejamento turístico voltado à governança sustentável e técnicas de pesquisa de campo.

Os dados e informações colhidas, passaram por uma triagem quanto à qualidade de conteúdos e data das informações, tanto no âmbito de publicações e materiais impressos, como dos materiais e dados divulgados por meio digital. Todas as informações colhidas, orientaram para a formatação do Roteiro Integrado de modo que fosse possível a seleção dos atrativos, serviços e infraestrutura viáveis para serem inseridos no Roteiro e sua veiculação responsável.

Com base nos levantamentos secundários e na pesquisa de campo, quatro temas se destacaram do ponto de vista da sustentabilidade turística e dos elos da cadeia produtiva do turismo na região e, conseqüentemente para as comunidades abrangidas pelo Projeto, como segue:

- a.** Considerando que vivemos na Era da Tecnologia, os municípios de Tapiraí, Miracatu e Juquiá, não demonstram uma visão integradora do turismo na região, dada as raras citações das pessoas envolvidas no projeto, em sites institucionais, em eventos divulgados, em programas e assim por diante;
- b.** Os envolvidos no projeto desconhecem a importância da Bacia



Hidrográfica no território e as conexões das águas com o turismo e a educação ambiental, ainda que, grande parte das atividades praticadas sejam nas “águas”.

c. Os elos da cadeia produtiva dos municípios não são integrados, por vezes gerando competição e conflitos entre si;

d. As agências e operadoras receptivas, bem como outros estabelecimentos, não veiculam os atrativos existentes interna e nem externamente.

O inventário consistiu numa análise técnica sobre acessibilidade, relação com os saberes e fazeres das comunidades no âmbito do projeto, meios de comunicação e veiculação dos recursos atrativos naturais e culturais, com vistas à avaliação técnica quanto à sua incorporação como recursos atrativos estratégicos para a implantação do Turismo Sustentável – por meio do Roteiro de Ecoturismo - nestas localidades, de forma sustentável.



Imagem 38, 39, 40 e 41 - Aula Prática do Curso Manejo de Trilhas. Fotos: diversos alunos

Resultados obtidos:

- a identificação de recursos naturais e culturais já consolidados como atrativos e outros com potencial para tal e atrelados à análise de intervenções necessárias;
- a constatação do estímulo e valorização do saber dos alunos quanto à sua história e o conhecimento de vida sobre o saber e o fazer tradicional e sua importância como base para a constituição de um Roteiro Integrado sustentável;
- foram registrados 18 atrativos naturais e 15 recursos culturais tangíveis e intangíveis como por exemplo: edificações, lendas e contos;
- entrevistas com lideranças sobre os aspectos de destaque dos pontos fortes e fragilidades do turismo regional;
- a formação de Monitores Ambientais, associada à instrumentalização dos egressos quanto à cadeia produtiva do turismo e impactos positivos e negativos associados, fortalecerá na identificação de estratégias conjuntas com as gestões das áreas protegidas, do uso e conservação dos recursos hídricos, na implementação de estruturas básicas e turísticas, dado que os formandos, estão capacitados à visão integrada da relações entre comunitários e natureza e, como o turismo pode ser um aliado à conservação de forma menos impactante ou depreciativa.

Na Tabela 2 constam os pontos fortes e as fragilidades identificados durante o processo

PONTOS FORTES	FRAGILIDADES
Natureza conservada	Falta de sinalização de segurança e de comunicação geral e turística.
Perfil acolhedor da maioria dos comunitários com relação ao receptivo do turista	Falta de treinamentos para a capacitação no receptivo de forma padronizada.
Possibilidade de criação de roteiros integrados com enfoque nos recursos hídricos	Comunicação efetiva e contínua com as áreas protegidas, ainda incipiente
O turismo já acontece nas áreas rurais	Carência no sistema de comunicação interna das comunidades para atendimento ao visitante de forma padronizada e de forma democrática.
Sinalização básica nas comunidades	Na menor parte das comunidades envolvidas pelo projeto, a sinalização básica é ineficiente (exemplo: não há placa de indicação sobre o nome da comunidade). Sobre a sinalização turística, não há placas com conteúdo pouco claros, estruturas em depreciação e depredadas.

Tabela 2 - Fragilidades e Potencialidades identificadas no território abrangido pelo projeto



No total foram preenchidos 18 (dezoito) formulários de atrativos naturais e 15 (quinze) formulários de atrativos culturais, foram realizadas entrevistas com lideranças e representações locais dentre os 03 municípios envolvidos no projeto.

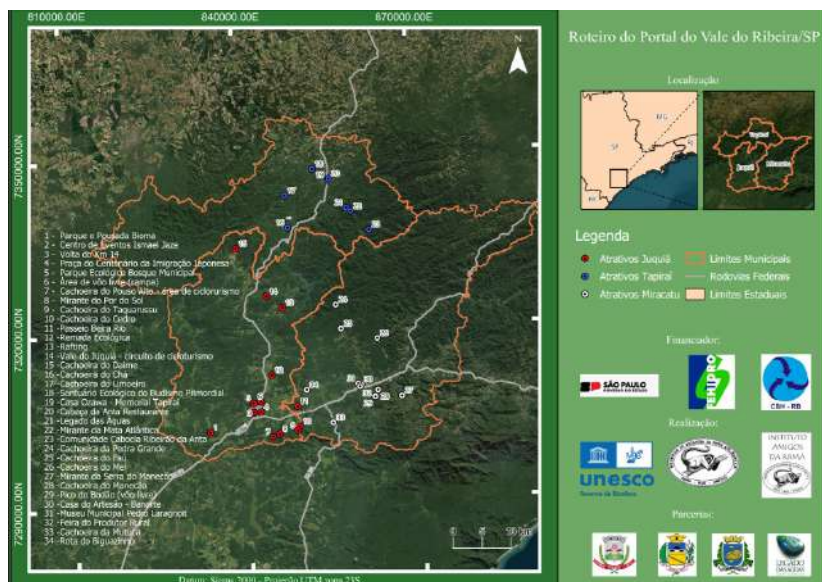
O Gráfico 1 apresenta a porcentagem de atrativos naturais de atrativos culturais identificados no processo do inventário.



Gráfico 1 - Porcentagem de atrativos naturais de atrativos culturais identificados no processo do inventário. Elaboração: IA-RBMA - 2025

A maior parte dos atrativos registrados, foi a de categoria natural. Apesar de moradores e lideranças citarem a existência de festas religiosas católicas tradicionais e históricas na região, dados sobre estes potenciais atrativos, foram poucos. Muitos desconhecem a origem de festejos e a importância. Outros, não são católicos, não participam destas comemorações.

Após o inventário turístico realizado foi gerado o mapa 1 - "ROTEIRO DO PORTAL DO VALE DO RIBEIRA", foi concebido durante a realização do Objetivo 4, o nome do Roteiro foi definido de forma coletiva e participativa pelos monitores ambientais, juntamente com a equipe executiva do Projeto e aprovado durante a realização da oficina de elaboração de um Roteiro (Eco) turístico tendo interface com ações de Educação Ambiental, que integre os três municípios inseridos no projeto.



4.1.5. Objetivo específico 5: Promover e Divulgar as ações do projeto e do Roteiro (Eco)turístico

A produção e publicação deste caderno técnico está inserida no objetivo específico 5, que visa contextualizar todo o processo da execução do “Projeto Os caminhos da Educação Ambiental: O turismo como ferramenta de sensibilização e conscientização ambiental no Vale do Ribeira/SP”, seus resultados e desdobramentos. Esperamos que ele possa servir como referência e divulgação de casos exitosos de projetos socioambientais realizados no bioma Mata Atlântica.



5. RESULTADOS PREVISTOS E DESDOBRAMENTOS DO PROJETO

Os resultados previstos estão relacionados às ações e aos produtos que compuseram cada um dos objetivos específicos do Projeto. Todas as ações e os produtos associados aos cinco objetivos específicos do Projeto e respectivos indicadores, foram cumpridos em sua totalidade, dentro dos prazos estabelecidos e envolvendo o número de participantes previsto, o que denota a eficiência nos processos de articulação e veiculação das informações do projeto e, cumprimento do Plano de Ação.

5.1. Com relação aos resultados específicos, temos:

- A relação entre os parceiros do projeto ocorreu de forma construtiva e democrática, envolvendo representantes das iniciativas públicas e privadas e os comunitários. Tal relação se dá por meio de uma estrutura comunicacional integradora do projeto, baseada no diálogo direto entre a Equipe Executiva e esses parceiros;
- Foram formados 30 Monitores Ambientais no 1º Curso de Formação Básica de Condutores/Monitores Ambientais;
- Participação de aproximadamente 70 pessoas nas Oficinas Temáticas e 60 pessoas nos cursos livres, totalizando 160 participantes;
- O curso de Formação de Monitores Ambientais avaliados como excelentes por 97% dos participantes;
- Como resultado individual para os egressos dos Cursos de Formação de Monitores Ambientais, os destaques foram o estímulo e a retomada da auto estima, do estabelecimento de laços de amizade entre os municípios, a valorização da capacidade das mulheres no trabalho, o entendimento de que o modo de fazer o turismo e receber o visitante já faz parte das Boas Práticas dos comunitários no dia a dia e no bom senso do coletivo nas comunidades, a alegria de poderem ser ouvidos e expressarem conhecimentos adquiridos com as histórias dos familiares e a vontade de resgatar suas origens históricas;
- Avaliação da estrutura e dos profissionais (palestrantes/docentes)

dos Cursos e Oficinas: 96% classificados como excelentes;

- Expressão dos egressos dos Cursos em conhecerem outras Unidades de Conservação no Bioma Mata Atlântica, em outros estados o que inclui o desejo de realização de intercâmbios;

5.2. Desdobramentos do Projeto

Merece destaque, a menção aos desdobramentos (resultados não previstos no Projeto), consequência do contínuo planejamento estratégico participativo e do diálogo aberto com parceiros e lideranças, que seguem listadas;

- Iniciativa para a criação de uma Associação de Monitores Ambientais que represente os 03 (três) municípios inseridos no Roteiro do Portal do Vale do Ribeira/SP
- Realização de três cursos livres que foram inseridos ao longo do projeto, por demanda dos participantes do projeto, são eles: Curso de estratégias aplicadas a serviços e Produtos Ecoturísticos, Curso de Análise e Gerenciamento de Riscos e Curso de Manejo de Trilhas, este último resultou na implantação e sinalização da Trilha da Ju, inserida na propriedade do Rancho Sertanejo, apoiador do projeto;
- Realização de excursões e expedição envolvendo participantes para outros atrativos regionais, realizada pela agência receptiva JJ Aventuras, apoiadora do projeto.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O **“PROJETO: Os caminhos da Educação Ambiental: O turismo como ferramenta de sensibilização e conscientização ambiental no Vale do Ribeira/SP”**, gerou diversos resultados que traduzem a identidade da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica sobre os princípios da transparência e equidade entre os envolvidos nas diversas ações que executa.

O Planejamento Participativo e Integrado é uma das premissas da RBMA para o desenvolvimento sustentável dos projetos, com ênfase na mobilização local que reverbera no efetivo engajamento dos diversos atores e parceiros ao longo de todo o processo de execução de ações .

Assim, a comunicação contínua e transparente, interna e externa, ao Projeto, favoreceu a consolidação de parcerias entre o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e os municípios – alvo do projeto, bem como junto a algumas instâncias governamentais, estabelecendo-se relações sólidas, que conduziram aos resultados positivos do projeto no território, como a demanda de novas ações voltadas à constituição de Roteiros da Biosfera da Mata Atlântica, por exemplo.

A formação de multiplicadores ambientais na função de Monitores Ambientais, possibilitou aos egressos uma ampliação do olhar sobre como desenvolver um turismo mais justo e sustentável, abrangendo-se as diversas esferas sociais e de gestão das localidades, inclusive trazendo à tona, a necessidade de envolvimento direto das comunidades rurais, para a participação nos processos de viabilização de uso turístico de atrativos naturais e culturais tão peculiares e diferenciados na Bacia Hidrográfica do Ribeira.

Para alcançar a identidade e o formato de um Roteiro, o Projeto integrou ações de mobilização para a organização local coletiva, as capacitações básicas e as oficinas temáticas e oficinas de planejamento participativo com vistas às tomadas de decisão sobre planejamento de atividades e constituição do Roteiro Integrado, de modo que o maior número de atores locais fosse envolvido e tivesse mais voz, pois participar do processo de planejamento no todo, permite a definição clara dos objetivos e a superação de desafios, com maior pertencimento.

Tais atividades voltadas a este tipo de turismo, foram delineadas em

conformidade com a realidade e com a identidade do modo de viver, mesclando atributos da terra e dos recursos hídricos para acolher os visitantes que buscam experiências na natureza integradas à cultura local, o que configura o Roteiro do Portal do Vale do Ribeira, devidamente estruturado com base nos levantamentos sobre a atratividade das comunidades envolvidas.

Instrumentalizar os moradores locais para a gestão do turismo, valorizando seus saberes e integrando-os à realidade de mercado na qual o seu conhecimento é o diferencial na promoção regional, contribuiu para a constatação de que a construção coletiva do turismo regional, sob a ótica da organização coletiva, é o caminho efetivamente sustentável para a consolidação de produtos ecoturísticos integrados, cuja governança se dá aqui, por aqueles que vivem a realidade do Vale do Ribeira.

Incentivar para o protagonismo das comunidades no mercado turístico significa gerar autonomia para que esta decida como seu território será usado por qual modelo de turismo valendo-se de uma gama diversa de ferramentas da educação ambiental, portanto, valorizando seus saberes sobre sua cultura e sobre o ambiente com o qual está integrada, é fundamental. O Bem Receber está diretamente associado ao “bem conhecer” e proteger os recursos naturais e culturais, o que inclui os recursos hídricos, cada vez mais, tão preciosos para uma demanda de mercado crescente: o turismo.

O **Roteiro Portal do Vale do Ribeira**, como produto final do Projeto, representa um atrativo turístico sustentável e misto, construído a várias mãos, com a identidade local destacada à luz dos demais atrativos turísticos explorados no território e que pela primeira vez na região, contribui para que os moradores destas comunidades, em diálogo contínuo e até então “estranhos” entre si na sua maior parte, sigam em comunhão em prol do desenvolvimento local por meio da realização de atividades turísticas alinhadas com a conservação dos recursos naturais.



Referências bibliográficas

AZEVEDO, João. Enraização de propostas turísticas. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 147-163.

BANDUCCI JR. Álvaro; BARRETTO, Margarita (orgs.) Introdução. In: Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 88 p.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília: IBAMA, Diretoria de Ecossistemas, 2000, Brasília, 18 jul. 2000.

BRASL. INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). Inventário da Oferta Turística: Metodologia. Brasília: EMBRATUR, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). Fortalecimento do Turismo Regionalizado: Estudos Analíticos Sobre Metodologias de Inventariação da Oferta Turística Nacional. Brasília: MTUR, 2005.

COOPER, Chris; SHEPHERD, Rebecca; WESTLAKE, John. Educando os educadores em turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade. Tradução, Rosemary Neves de Sales Dias, Cíntia Kaori Yotoka e Laura Martins Arnstein. São Paulo: Roca, 2001. (coleção de treinamento e educação em turismo da Organização Mundial do Turismo).

CORIOLOANO, L. N. M. T.; BARBOSA, L. M. Internet e redes: articulações do turismo comunitário. In: BENI, M. C. Turismo – planejamento estratégico e capacidade de gestão. Barueri: Manole, 2012.

DIAS R. Turismo Sustentável e Meio Ambiente 1. ed. 4. reimp. São Paulo, Atlas, 2008.

DIEGUES, A.C.S. O mito da natureza intocada. Hucitec, São Paulo, 1994. DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.S.V. (Orgs.) Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2001.

ESPINHA, A. M. L; LINO, Clayton Ferreira; CASTRO, Cláudio Eduardo de: Capacitação de Monitores ambientais em áreas cársticas com potencial

turístico. In: 13º CIE/ 4ºCLACE / 26º Cong. Brasileiro de Espeleologia, 2001, Brasília-DF. Speleology in the Third Millennium: Sustainable Development of arts environmental. Speleo Brasil2001 proceedings, 2001.

GOODEY, Brian. Interpretação e comunidade local. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (org). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, Território Brasilis, 2002.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-119.

LINO, Clayton Ferreira; ESPINHA, A. M. L; Alto Valle do Ribeira: Reconstruyendo el equilibrio del sistema hombre-naturaleza en una Área Piloto de la Reserva de la Biosfera de la Mata Atlántica (Brasil)", no LIBRO DEL ECOTURISMO MUNDIAL, 2002.

LINO, Clayton Ferreira; ESPINHA, A. M. L; ALBUQUERQUE, João Lucílio Ruegger: Conservación & Desenvolvimento Sostenible en la Mata Atlântica no Libro sobre experiencias exitosas en las Reservas de la Biosfera: de países que integran la Red Iberomab, 2007.

LOUREIRO, C.; LAYRARGUES, P; CASTRO, R. et al. Sociedade e Meio Ambiente: educação em debate. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MOESCH, Marutschka. A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto, 2002 MORETTO, Vasco Pedro. Construtivismo: a produção do conhecimento em aula. 3. ed.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS). Turismo de Base Comunitária – TBC. Disponível em: . Acesso em: 10 ago. 2019.

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Caderno 49. Projeto: Implantação de Turismo de Base Comunitária na Península da Juatinga/Paraty/RJ – ROTEIRO CAIÇARA NOS CAMINHOS DE PARATY/RJ. Série Cadernos da



RBMA, São Paulo, 2010. L

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142 - 161.

VEAL, A. J. Metodologia de pesquisa em lazer e turismo. São Paulo: Aleph, 2011.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1-14, 2008

Referências Virtuais

Turismo de Base Comunitária – Reflexões sobre caminhos e desafios – SESC SP. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/turismo-de-base-comunitaria-reflexoes-sobre-o-conceito-caminhos-e-desafios/>. Acesso em 09 de maio de 2024.

O inventário da Oferta Turística. Disponível em: <http://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/inventario-da-oferta-turistica>. Acesso em 20 de abril de 2023.

Promoção:



Realização:



Financiamento:



Parceria:



Apoio:

